

**Senhor Presidente,**  
**Senhoras e Senhores Deputados,**  
**Senhor Presidente,**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo,**

Ao debatermos, nesta Assembleia, a proposta de Plano e Orçamento para 2003, bem como a reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004, no que ao sector da saúde diz respeito, importa reter a ideia, fundamental para o debate, que a política de saúde é muito mais do que um simples conjunto de números e de verbas.

A política de saúde tem, necessariamente, de ser encarada numa dupla perspectiva de conciliar aquilo que, aparentemente, parecem ser dois aspectos opostos e contraditórios: por um lado, a necessidade de racionalizar custos; por outro, o aumento constante das solicitações dos utentes, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos, e a melhoria das acessibilidades ao sistema.

De facto, é na aparente incompatibilidade entre estes dois factores que urge prosseguir numa política de saúde que, na Região, continue a dar resposta aos utentes, promovendo de igual modo medidas de racionalidade conducentes a uma melhor prestação de serviços que implique menores custos.

É neste contexto que os documentos que hoje discutimos devem ser analisados. Importa perceber se os mesmos transmitem, ou não, uma estratégia concertada de evolução do Sistema, importa perceber se os

mesmos indiciam, ou não, factores de modernidade e de mudança num sector tantas e tantas vezes referido como estando em “crise” e em “falência”.

Se analisarmos o que tem sido a evolução dos investimentos e da estratégia seguida, desde 1996, no sector da saúde, e por muito que isso custe a quem, para seu gáudio, repete ciclicamente a ladainha da crise generalizada no sector, podemos observar que a grande aposta, durante este período, tem sido a de garantir, em todas as ilhas, um cada vez maior acesso aos cuidados de saúde, quer através da modernização ou construção de novas infra-estruturas, como seja o caso dos Centros de Saúde da Praia da Vitória, da Lagoa, da Povoação e da Calheta, ou dos hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo, quer através da renovação e aquisição de equipamentos quer, sobretudo, através de uma política integrada de alargamento da cobertura de âmbito hospitalar às populações residentes nas ilhas sem hospital.

O vulgarmente designado programa de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital possibilitou, entre 1999 e 2001, a realização de mais de 46 mil consultas, o que é bem revelador da aposta na melhoria dos cuidados de saúde por parte do Governo Regional do Partido Socialista.

Mas, e todos estamos conscientes disso, importa igualmente introduzir elementos de racionalidade económica no sector, adoptando medidas de controlo da relação custo/benefício na prestação de cuidados de saúde.

E, nesta perspectiva, importa realçar a aposta continuada operacionalização e implementação do Cartão do Utente, de forma a desenvolver um sistema de informação baseado na sua história clínica, na prescrição de

medicamentos e no recurso a meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Como urge continuar o investimento na rede estruturada de dados e voz entre todas as unidades de saúde da Região, de forma a melhorar os níveis de eficiência do sistema e garantir uniformidade nos procedimentos e na partilha de informações.

Do mesmo modo, é necessário proceder a uma profunda alteração do modelo de financiamento dos hospitais e centros de saúde, deixando o seu financiamento de ser feito através de orçamentos retrospectivos, conducentes a percas de produtividade, passando para um modelo de financiamento assente em objectivos e na produtividade.

Mas desiludam-se os que pensam que nada pode ou nada tem vindo a ser feito.

Esta aposta na modernização passa igualmente por assumir, com clareza, que o Serviço Regional de Saúde tem que assentar na complementaridade da prestação de serviços às populações. Não se pode, por um lado, pedir redução de custos e, por outro, estar contra qualquer mudança que se pretenda efectuar, nomeadamente quanto à implementação das Unidades de Saúde de Ilha ou quanto à elaboração de uma Carta Hospitalar que defina, com precisão, quais as valências e quais os serviços prestados por cada unidade de saúde, de modo a racionalizar custos e otimizar recursos humanos.

E é igualmente no campo dos recursos humanos que incide outro dos vectores de desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde. O número de médicos na região tem vindo a aumentar, tendo passado dos 352 existentes

em 1999 para 408 em 2001, tendo, em igual período, o número de enfermeiros subido de 878 para 960.

E esta aposta tem custos. Elevados. Tanto mais que sabemos que a falta de médicos na Região não é um problema que tenha solução, de forma estruturante, no imediato, em parte devido a uma inqualificável política que, durante anos a fio, limitou o número de ingressos nos cursos de medicina a valores que não permitiam quer um substancial aumento do seu número, nem tão pouco a renovação geracional necessária.

Deste modo, o sistema de Bolsas de Estudo implementado pelo Governo Regional do PS, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa, continua a ser uma aposta para a fixação de profissionais de saúde na região. No corrente ano, esta medida abrange 55 bolseiros em medicina, 50 bolseiros de cursos técnicos de diagnóstico e terapêutica e 48 bolseiros a efectuarem o internato complementar, para além de se terem descongelado 86 vagas para enfermeiros.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

**Senhor Presidente,**

**Senhora e Senhores Membros do Governo,**

Os documentos que hoje analisamos, continuam a dar resposta ao Programa de Governo aprovado nesta casa em Dezembro de 2000, pois aposta na formação e aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade

ao Sistema, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na saúde materna e infantil, na escola e prevenção das toxicodependências, e no incremento de novas formas de gestão, que permitam uma racionalização de custos e de meios.

Para além disso, a contratualização da prestação de serviços com o sector privado e o recurso às novas tecnologias como forma de organização e oferta de cuidados e de gestão dos serviços, são também apostas consideradas necessárias para um melhor funcionamento do Sistema.

Os Programas 20 e 21 do Plano para 2003 consagram verbas globais de 6,1 milhões de Euros.

Deles, importa destacar a continuada aposta na remodelação e ampliação de unidades de saúde, o seu apetrechamento e modernização, as acções relacionadas com a emergência médica e a formação profissional para o sector.

No respeitante ao novo hospital de Angra do Heroísmo, convém relembrar que decorrem, neste momento, através do Laboratório Regional de Engenharia Civil, os necessários estudos geológicos dos terrenos onde o mesmo irá ser edificado, estando previsto a celebração de um protocolo com a Direcção Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde, com vista à elaboração do seu Programa Funcional.

O compromisso eleitoral assumido, em 2000, pelo Partido Socialista, de iniciar o processo conducente à construção do novo hospital está em marcha.

Estamos certos que chegará ao fim, contribuindo, também na saúde, **a mudar os Açores!**

No âmbito da saúde, este Plano identifica acções que, pela sua importância e significado estratégico merecem particular destaque.

A aposta na telemedicina e na renovação e informatização dos serviços, com a criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais garantirá, num futuro próximo, não só uma racionalização em termos de gestão como, essencialmente, um valor acrescentado à prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos que, independentemente do seu local de residência, poderão ter o seu historial clínico, em tempo real, em qualquer Unidade de Saúde, o que facilitará diagnósticos, acompanhamento e eventuais meios complementares que necessite.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores – Região Digital, da responsabilidade da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia que, pelos vistos, tão criticada é por alguns partidos da oposição, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

**Senhor Presidente,**

**Senhora e Senhores Membros do Governo,**

Permitam-me igualmente referir o designado problema das listas de espera. E verificar que, por iniciativa do Governo Regional do PS, se tem vindo a incrementar, desde Julho de 2000, um programa de redução dessas listas, com resultados palpáveis e visíveis em especialidades como a Cirurgia Geral, onde, entre Julho de 2000 e Junho de 2001 se recuperou de 791 para 306 doentes, o que significou uma redução de 61,3% e em Urologia onde, em igual período, a lista de doentes em espera passou dos 248 para os 173, o que significa uma redução de 30,2%.

Esta forma encontrada através da contratualização com especialistas das diferentes áreas, sendo proveitosa, acarreta consigo custos acrescidos.

E, neste contexto, voltamos à dicotomia de partida; a racionalização versus melhoria na prestação de cuidados de saúde.

A racionalização não pode ser feita à custa da menor prestação de cuidados, não pode pôr em causa o acesso ao sistema.

Ela deverá basear-se numa gestão criteriosa, no aumento da produtividade, na complementaridade do Sistema, mas também na avaliação descomplexada de eventuais formas de comparticipação por parte dos utentes, quer através da introdução de taxas moderadoras, quer através da cobrança de determinados serviços, assentes em critérios de justiça social.

Este desafio que se nos coloca, pela suas múltiplas vertentes, não terá uma resposta fácil. Nem tão pouco definitiva.

Mas, mais do que palavras de quem, órfão de argumentos e parco de ideias, recorre sistemática e abusivamente ao discurso da catástrofe, importa prosseguir nesta caminhada de tudo fazer para que, cada vez mais,



o direito e o acesso aos cuidados de saúde, seja uma realidade nos nossos dias.

Disse.

Horta, 12 de Novembro de 2002

Francisco Barros